

PUCSP



Reconquista n.º 2/3  
volume III, 1952

6. mai 1952  
24007

Reconquista III

## ANTÓNIO SARDINHA E NÓS

J. P. GALVÃO DE SOUSA

Quando, na primavera do ano passado, a caminho de Roma, eu descia em Lisboa, Fernando de Aguiar me aguardava como sempre na Portela de Sacavém. E desta vez era portador de um régio presente. Trazia-me os manuscritos das conferências comemorativas de António Sardinha, poucos meses antes proferidas, destinando-as a um número especial de RECONQUISTA. Aqui as tem agora o leitor, e para começar... preâmbulo cumpre.

Antes de mais nada devo confessar da surpresa que me causou, à primeira vista, o facto de haverem os colaboradores, na sua maioria, focalizado de preferência a obra de Sardinha enquanto poeta.

Não teria sido mais interessante, mais oportuno e instrutivo considerar no grande pensador político português aquelas teses memoráveis que nos expôs na *Teoria das Cortes Gerais*, na *Teoria da Nobreza* ou na *Aliança Peninsular*?

Para os jovens, sobretudo, não é urgente evocar as lições de Sardinha político e historiador, a fim de desvendar perante as gerações novas aquelas perspectivas magníficas em que o autor de *Ao princípio era o Verbo* delineia o programa de instauração integral que propugnamos?

Mas logo me lembrei de um dos fiéis discípulos de Sardinha, o flamejante Luís de Almeida Braga, fazendo ver, em conferência há dez anos proferida sobre o mestre, que a razão e o bom senso não bastam, que são os poetas que movem os povos... "Poesia e política vão por ocultas sendas pedir obediência aos mesmos preceitos" — afirmava o autor de *Paixão e Graça da Terra*. Sentença para poucos compreensível hoje,

Caberá evocar as lições do pensador tradicionalista, do poeta lusitano nesta turbilhonante e americanizada cidade de São Paulo de Piratininga?

Que sentido poderá ter esta evocação em meio aos arranha-céus conspirando contra a poesia, ou em face desse vertiginoso progresso industrial parecendo zombar dos que ainda ou- sam falar em tradição?

Por que as conferências sobre António Sardinha, pronunciadas em Portugal, são editadas precisamente em São Paulo?

\*  
\* \*

A esses jovens ávidos da restauração do pensamento político tradicional, inconformados com o plebeísmo e a demagogia, sequiosos da Poesia que o modernismo quis matar, a esses jovens que assim tantas vezes tenho visto entrar alegres e buliçosos na sede de RECONQUISTA, a esses não é preciso explicar.

Eles já conhecem pelo menos em parte a obra de Sardinha. Já meditaram sobre os temas ventilados nos ensaios de rectificação histórica do mestre monfortiano. Já percebem, por isso mesmo, a sua actualidade para nós, brasileiros.

A outros talvez fosse preciso dizer muita cousa. Quem foi António Sardinha. Quais foram as suas lutas. As fases do seu pensamento. As variações por que passou. Como se fixou no ideal católico e monárquico. Do seu exílio em Toledo. De sua morte, quando ainda tanto se esperava dele.

Tudo isto e muito mais. Quantos e quão ricos aspectos na vida desse aristocrata do pensamento!

Mais necessário, porém, do que um apanhado biográfico, mais oportuno do que uma rememoração histórica, é o considerarmos na obra de António Sardinha alguns traços inconfundíveis, primordiais, marcantes, situando-nos acima de uma problemática estritamente portuguesa ou brasileira, para podermos compreender uma identidade de posição diante dos mesmos problemas.

A posição de Sardinha é também a nossa. E' a posição de RECONQUISTA. Sua filosofia política fala-nos à inteli-



gência e ao coração. Sentimo-la como brasileiros que somos, no mundo luso ao qual pertencemos e no desejo de salvar as tradições que ainda nos fazem brasileiros. Aliás essa filosofia não é criação pessoal, original. Nem teria méritos, se assim, fosse. Sardinha não fez mais do que redescobrir a essência do Portugal histórico, encoberta pelas mentiras do liberalismo, por anos e anos de estrangeirização. Quando a inteligência portuguesa estava a ponto de se demitir — e pontificavam os “vencidos da vida”! — quando no fim da vida um Eça, um Ramalho, um Antero, um Oliveira Martins, um Guerra Junqueiro afinal entreviam ao longe a realidade que buscavam por entre as sombras do seu tempo, surge António Sardinha predestinado a restaurar o pensamento histórico e político de sua gente.

Nessa restauração encontramos elementos a nos dizerem respeito muito de perto. Basta atender bem aos seguintes aspectos de sua obra:

1. António Sardinha pensador católico e mestre da Contra-Revolução.
2. Sua Teoria do Estado.
3. Sua posição tradicionalista.

## 1. ANTÓNIO SARDINHA PENSADOR CATÓLICO E MESTRE DA CONTRA-REVOLUÇÃO

Pertence Sardinha à linhagem dos Joseph de Maistre, Blanc de Saint-Bonnet, Louis Veuillot, Ernest Hello, La Tour du Pin, Donoso Cortés, Balmes, Taparelli. Um católico firmemente convicto do carácter satânico da Revolução. Se visse hoje, abominaria a política da mão estendida. Foi irreduzivelmente infenso a qualquer acomodação com o liberalismo.

Tinha sempre diante de si “a visão cristã de um Portugal-Maior” e para que esta imagem grandiosa vinda do passado se tornasse de novo realidade, compreendia quanto era necessário afastar a sua Pátria daquele caminho de erros e desvarios no qual, desde 1820, o Estado português vinha cambaleando às cegas.

Como acontecera com a Espanha nas Cortes de Cádiz, os deputados à Constituinte de Lisboa, em seguida à revolução de 1820, acolhiam os princípios revolucionários vindos da França e consumavam a demolição jurídica do Portugal histórico, já iniciada nos tempos do Marquês de Pombal.

"Vivemos por cá dos imortais princípios..." escrevia Sardinha. Pois cem anos passados, esses mesmos chamados "imortais princípios" de 1789 continuavam a inspirar a organização política da nação portuguesa. "Um século de liberalismo", disse o Cardeal Cerejeira, "abastardou a alma cristã da Nação".

Para Portugal voltar a ser o que fora, cumpria antes de mais nada aspergir sua alma cristã com as águas lustrais de um catolicismo sem jaça, a se reflectir nas suas instituições políticas.

Prefaciando um livro de que se disse ter sido a sua obra fundamental — *Ao Princípio era o Verbo* — declarava António Sardinha: "Se o mal de que Portugal enferma deriva da influência desenraizadora da Revolução, destruir sistemáticamente semelhante influência deve ser para quantos trabalham com a pena a mais empenhada das suas preocupações" (p. XIV).

Doutra feita afirmou do movimento de ideias por ele mesmo suscitado: "nós somos, de certo modo, o partido póstumo de Oliveira Martins". (*Ao Princípio era o Verbo*, 2.ª edição, p. 121).

E' que bem poucos souberam com tanta clarividência como o autor do *Portugal contemporâneo* perceber no liberalismo uma das causas fundamentais da decadência de Portugal: "O divórcio da natureza histórica da nacionalidade com os algebrismos inertes da *Carta*, Oliveira Martins o marcou em períodos que nunca mais se esquecem". (op. cit., p. 170).

Mas Oliveira Martins ficara parado a meio do caminho. "Nas suas dúvidas, no seu negativismo" padecera "as torturas de um século de instabilidade e mentira" (idem, p. 173). Percebendo com nitidez o mal que vinha corroendo o organismo da Pátria, não fora até o âmago da questão, detivera-se na consideração das exterioridades do sistema parlamentar, mos-

trando quanto era o mesmo inviável em Portugal. Não atingira o liberalismo como sistema filosófico incompatível com a formação católica do povo português. E concluía Sardinha dizendo de Oliveira Martins o que este dissera de Herculano: falhou pelo "excesso de uma doutrina incompleta" (id. p. 169).

Apesar de tudo Oliveira Martins ainda fora uma vítima do liberalismo e se iludira com o socialismo, até rejeitar, já no seu leito de morte, todas estas ilusões do seu século. Descravendo-o no leito de agonia, confortado com todos os sacramentos da Igreja, Sardinha nele saúda um precursor, e exclama: "Sirva-nos de estímulo tão extraordinária lição! E mais persuadidos do que nunca do valor das grandes verdades tradicionais, saibamos restaurar pelo exercício desassombrado da razão as instituições que, esclarecidos apenas pela experiência, os nossos antepassados conservaram e defenderam através de tantas vicissitudes e desalentos. Se mais felizes do que Oliveira Martins nós o conseguirmos, é a continuidade da Pátria que se reata. — será Portugal por si próprio retomando o curso suspenso da sua história" (id. p. 173).

O Oliveira Martins da *Vida de Nun'Alvares* já anuncia o homem de Fé que se reencontra e morre na paz do Senhor. Tal como Eça de Queiroz, escrevendo, nos últimos anos, vidas de santos. Um e outro voltaram à casa paterna. Como eles também Guerra Junqueiro repudiaria as obras ímpias que escrevera, tornando ao grémio da Igreja. E mais um portuguêsíssimo espírito, o de Ramalho Ortigão, ao despedir-se deste mundo deixaria uma palavra de esperança aos rapazes agrupados em torno de António Sardinha. Este começava por onde os outros haviam terminado. E embora rápida tivesse sido a sua trajectória, pôde firmar os alicerces daquela "doutrina completa" que estava faltando a Portugal.

Não era um romântico, à maneira de Herculano, ao contemplar esteticamente os grandes feitos dos seus antepassados. Não era um crente do tipo dos "velhos católicos" ou dos católicos liberais. Plenamente integrado da ortodoxia da Igreja, era um católico com espírito de cruzado. Sentia-se unido aos portugueses de outrora, não só através dos sentimentos alimen-



tados pela tradição, mas principalmente por comungar na mesma Fé.

E crendo na força divina da Igreja, formadora da nacionalidade, tinha por isso mesmo certeza de que nem o mundo católico, nem Portugal poderiam sucumbir ante os ataques da Revolução.

Estes vinham-se processando, em toda a Europa, numa tremenda conjuração movida pelo poder oculto das lojas, que procuravam destruir ao mesmo tempo a influência da Igreja e as monarquias tradicionais.

Enfrentando essa conjuração, como pensador católico e contra-revolucionário, Sardinha punha sua pena ao serviço do Altar e do Trono.

A esta conclusão levava-o a própria história de Portugal, a própria experiência. Mas note-se bem, era contra-revolucionário por ser católico. E nisto sua posição se distingue, por exemplo, das de um Maurras ou um Maritain. Maurras, de formação positivista, apelava para o Catolicismo tão somente como elemento integrante da nacionalidade. Maritain, nesta segunda fase do seu pensamento político, pretende ser possível um entendimento entre o Catolicismo e a Revolução, chegando ao ponto de preconizar a restauração da Cristandade nas bases da sociedade secularizada pelos princípios de 1789.

Monárquico e tradicionalista, Sardinha foi acima de tudo um coerente pensador católico. Por isso mesmo não podia admitir nem estas tergiversações, nem aquele tradicionalismo naturalista do chefe da *Action Française*.

E se aponte algumas diferenças de posição, posso indicar também algumas semelhanças. Neste ponto tão fundamental, Sardinha e seus companheiros colocavam-se na mesma linha de intransigência do tradicionalismo espanhol. Nem é difícil encontrar num seu contemporâneo, o grande tribuno Vázquez de Mella, ressonâncias daquela epifania de que nos fala o Marquês de Quintanar. Na *Teoria das Cortes Gerais*, em monumental prefácio à obra do Visconde de Santarém, Sardinha reproduz a doutrina do parlamentar espanhol, citando passagens do famoso discurso do Teatro da Zarzuela.



Ambos eram legitimistas. Não se batiam apenas pe'o legitimismo dinástico e histórico. Eram sobretudo os legitimistas da doutrina, numa época de concessões e de meias tintas.

Essa a primeira grande lição de António Sardinha para todos nós.

Lição, que no Brasil, um Jackson de Figueiredo, não obstante divergir de Sardinha noutros pontos, um Manuel Lubambo souberam, tão bem compreender.

Lição que RECONQUISTA vem hoje recordar e procura sempre seguir.

## 2. TEORIA DO ESTADO

Foi Chesterton quem disse estarmos a viver, em nossos tempos, de verdades enlouquecidas.

Verdades enlouquecidas foram aquelas em nome das quais se fez a Revolução Francesa, gerando ainda hoje o equívoco dos que afirmam ser a democracia moderna de "essência evangélica". Liberdade, igualdade e fraternidade são princípios que o filosofismo do século XVIII e o direito público do século XIX corromperam na sua significação ideológica, enquanto na ordem dos factos o Estado centralizador comprometia a liberdade, a plutocracia capitalista agravava as desigualdades, as guerras e a luta de classes desmentiam a fraternidade revolucionária.

Restaurar a autoridade do Estado em face da anarquia parlamentar e partidária; despertar ao mesmo tempo os sentimentos nacionais; fazer do Estado um reflexo perfeito da variedade orgânica da Nação, — eis os objectivos que se propunham certos movimentos de reacção antiliberal e anticomunista cujo surto alcançou maiores proporções na Itália e na Alemanha. Fascismo e nacional-socialismo, outros tantos sistemas políticos baseados em verdades enlouquecidas.

O mais interessante é notar que, rompendo a casca do liberalismo, esses movimentos não faziam mais do que levar às últimas consequências princípios já contidos no Estado liberal, especialmente no concernente à centralização político-administrativa. O liberalismo suprimira os grupos intermediários existentes, na sociedade tradicional, entre o indivíduo e o Estado.

Transformara assim o poder do Estado no organizador único da sociedade. O fascismo vinha instaurar o Estado corporativo, concebendo porém as corporações como órgãos do Estado e fazendo com que todos os grupos orgânicos da Nação fossem absorvidos pelo Estado. Daí o Estado totalitário, e por conseguinte outro facto curioso: a afinidade entre estes sistemas, que se proclamavam visceralmente anticomunistas, e o regime posto em prática na Rússia soviética.

A influência de tais movimentos chegou até nós. Depois da revolução de 1930, iniciava-se no Brasil uma revisão ideológica e histórica da estrutura política do país. Esta revisão já fora preconizada por alguns espíritos de elite, não conformados com o marginalismo em que viviam os nossos homens públicos sob o regime da Constituição de 1891. Fundou-se então em São Paulo a Sociedade de Estudos Políticos, e quem participou das reuniões efectuadas nesse agrupamento de vida efêmera bem pode atestar como ali se reflectiam as tendências ideológicas da época. Representantes da geração nova do velho Partido Republicano Paulista, ainda esperançosos de renová-lo, encontravam-se com admiradores do fascismo, com intelectuais da esquerda e com os monarquistas brasileiros, aquele pequeno grupo que um ano antes havia lançado a revista *Pátria Nova*.

Haviam os patrianovistas brasileiros chegado à mesma conclusão dos companheiros de Sardinha. Não eram saudosistas da monarquia constitucional e parlamentar, mas adeptos da monarquia tradicional e orgânica, representativa e corporativa. E note-se que alguns de entre eles nunca haviam lido Sardinha para chegar a tal conclusão. Eram levados aos mesmos princípios pelas suas convicções de católicos contra-revolucionários e após muito terem reflectido sobre o sentido da nossa história.

Assim a posição de *Pátria Nova* era idêntica à dos correligionários de Sardinha quando iniciavam a publicação da *Nação Portuguesa* e daí passavam ao *Integralismo Lusitano*. Era fundamentalmente a mesma posição dos tradicionalistas espanhóis, isto é, dos carlistas, batendo-se no campo das idéias e das armas pelos ideais consubstanciados naquelas palavras: *Dios, Patria, Rey y Fueros*.

Isto quer dizer que era uma posição essencialmente anti-liberal e antitotalitária. Com programas que se diversificavam

no concernente à organização nacional, segundo as peculiaridades da formação histórica e das circunstâncias presentes dos nossos povos, os tradicionalistas monárquicos de Portugal, da Espanha e do Brasil propugnavam uma nova ordem política que representava a mais radical negação do Estado demo-liberal e do Estado totalitário. Quanto aos patrianovistas, faziam praça de suas idéias quixotesicamente, renunciando aos sucessos eleitorais e enfrentando os risos da maioria.

Em seguida à Sociedade de Estudos Políticos, aparece entre nós a Acção Integralista Brasileira. Alguns daqueles estudiosos dos nossos problemas passavam da doutrina ao terreno da política militante. Tomando o nome do movimento iniciado em Portugal pelo grupo de Sardinha, o integralismo brasileiro recebia influências fascistas e mais tarde nazistas. Sua reacção contra o comunismo, a doutrina orgânica que propunha para salvar da balbúrdia liberal, o seu feitio nacionalista entusiasmaram a muitos. Eram de novo as verdades enlouquecidas. A dinâmica do totalitarismo arrastava o movimento integralista no Brasil.

O integralismo lusitano tem, pois, um sentido muito diferente do movimento que entre nós recebeu igual denominação.

Ocorre algo de semelhante com o tradicionalismo na Espanha. Há muita gente que o confunde com o franquismo, o qual, com efeito, se intitula tradicionalista. Entretanto, e é o que poucos sabem, os maiores adversários do totalitarismo falangista de Franco são exactamente os carlistas, isto é, os autênticos tradicionalistas espanhóis.

Este esclarecimento prévio é indispensável para bem caracterizarmos aqui a Teoria do Estado do Integralismo Lusitano.

Fixemos apenas alguns dos seus aspectos fundamentais.

Luís de Almeida Braga, que figurava ao lado de Sardinha na Junta Central do Integralismo Lusitano, escreveu:

"O Integralismo pretende estabelecer um regime mais autoritário e ao mesmo tempo mais livre do que o adoptado pela Monarquia Constitucional, inglòriamente deposta em 5 de Outubro. Mais autoritário, porque o Rei terá a iniciativa e a força do Governo; o seu poder não será partilhado, saber-se-á sem-





pre de quem emana o acto de autoridade. Entretanto o regime será mais livre, porque esse poder, nem dividido nem aquinhado, será mais restrito e limitado. Enquanto o Estado parlamentar, incapaz de grandes empreendimentos, se intromete em tudo, sem ter nunca de responder por cousa alguma, o Estado integralista, mais vigoroso na defesa da sua competência imediata, verá a sua autoridade diminuir, até desaparecer para além dos limites que lhe marcam os municípios, as províncias, a organização local e geral das profissões e dos interesses".

Aí está um ponto de grande importância para bem se compreender a posição de Sardinha e a de todos aqueles cujo pensamento político coincide com o seu na repulsa do liberalismo e na defesa da monarquia tradicional.

O liberalismo, em Portugal, como em toda parte, enfraqueceu o poder e aumentou as funções do Estado. Enfraqueceu o poder, dividindo-o. Hipertrofiou o Estado fazendo desaparecer as autarquias sociais cujas funções aos poucos o próprio Estado passou a exercer.

Foi o que se deu em Portugal com a monarquia constitucional, primeiro, e depois com a república.

Idêntica observação, encontramos-la em La Tour du Pin, distinguindo entre o autêntico *regime representativo* e a sua deturpação pelo parlamentarismo, nos países que copiaram as instituições inglesas, sem as mesmas tradições e a mesma formação social. Cita-o Sardinha, na sua *Teoria das Cortes Gerais*: "no regime parlamentar o poder supremo é dividido, mas limitado, enquanto que, ao inverso, no regime representativo, ele existe íntegro numa só mão, mas limitado na esfera das suas atribuições pelo reconhecimento de outros direitos não menos naturais ou históricos, e não menos positivos."

Muitos pensam que a monarquia constitucional, implantando o regime parlamentar, foi o início de uma era de liberdades, pondo fim ao absolutismo. Na verdade, acabou-se com o absolutismo do Rei, mas se acentuou ainda mais o absolutismo do Estado. Restaurando a verdade histórica, o autor da *Teoria das Cortes Gerais* nos mostra uma sequência entre estas fases de centralização cada vez maior do Estado português, chegando até os nossos dias:

- 1.º — Monarquia absoluta (principalmente a partir de Pombal).
- 2.º — Monarquia constitucional (regime parlamentarista).
- 3.º — República.

Diz a respeito: "eu creio que muita gente viu com simplismo na aclimação das instituições parlamentares o renascimento da *lusa antiga liberdade* do Poeta. Pombal matara-a violentamente, introduzindo entre nós as teorias enfáticas do Absolutismo em voga no século XVIII. Estrangulavam-se assim as energias mais fecundas da Grey com esse golpe atirado à sua dupla organização corporativa e concelhia. Não nos admiremos, porém, de que Pombal se reverencie hoje como o precursor do novo estado de coisas. Há uma identidade profunda entre o dogma da vontade suprema do monarca e o dogma supremo da soberania do povo. Ambos derivam da concepção materialista do Poder com precedentes na ideia pagã do *imperium*, ressuscitada para a consciência política da Cristandade pela preponderância nefasta dos Legistas. É um ponto a debater com demora e do maior interesse para quem se deseje possuir da verdadeira doutrina monárquica. O princípio absolutista é de natureza essencialmente revolucionário e foi ele que preparou a vitória do espírito democrático." (*Teoria das Cortes Gerais*, prefácio às *Memórias para a História e Teoria das Cortes Gerais* do 2.º Visconde de Santarém, pág. X.)

Sardinha foi, portanto, contra o parlamentarismo exactamente por ter sido um adepto fervoroso do regime representativo. E combateu a democracia liberal para defender as verdadeiras liberdades, bem como a efectiva participação do povo no governo.

Esta participação, a seu ver, deveria fazer-se através dos organismos que espelham a constituição natural e histórica da sociedade política, formada sempre por grupos sociais e nunca directamente pelos indivíduos. As ficções democráticas do "povo soberano", da "vontade geral", e da opinião pública manifestada através dos partidos políticos, opunha a realidade das aspirações e dos interesses das famílias, dos agrupamentos profissionais, das comunas, das administrações provinciais "antiga-

mente autónomas, mas agora garrotadas pelo centralismo burocrático". As liberdades concretas destes grupos deveriam encontrar no soberano o poder forte capaz de protegê-las com eficácia, mas deveriam ao mesmo tempo limitar esse poder pelas atribuições que lhes fossem reconhecidas.

Daí o seu ideal de monarquia de base corporativa e concelhia. Evidentemente concebia o regime corporativo adaptado às condições do trabalho no mundo de hoje. Longe estava de pugnar, neste ponto, por uma volta ao passado. Queria, sim, que se tornasse ao espírito do sistema corporativo de outrora, a uma sociedade corporativa com amplas prerrogativas de cada grupo profissional perante o poder político; de maneira nenhuma ao Estado corporativo, mais centralizador ainda que o Estado liberal.

Quanto aos concelhos, representam a tradição do municipalismo em Portugal. Queria-os como os definira Alexandre Herculano: "um conjunto de repúblicas unidas pelos laços da monarquia."

Leia-se o capítulo "Monarquia e República" em *Ao Princípio era o Verbo*, e se verificará claramente quanto as concepções tradicionalistas de Sardinha tinham de modernas, no bom sentido da palavra, e quanto almejavam o pleno restabelecimento daquela lusa antiga liberdade.

Escreveu Sardinha essas páginas, contendo o "esboço da teoria", para retrucar a um jornalista adversário que afirmara: "O integralismo representa nem mais nem menos do que a doutrina duma República com Rei a dirigi-la".

"Monarquia? República? oh! a balbúrdia ignóbil dos mitos que nada exprimem..." escrevia, noutra ocasião, António Sardinha. A monarquia constitucional fora a monarquia republicanizada. A monarquia absoluta fora a ressurreição do cesarismo antigo, um regime de *monocracia* centralizadora desvinculado de tudo aquilo que se encontrava na organização tradicional da nação e cuja expressão definitiva era a monarquia preconizada por Sardinha.

Compreende-se, pois, o seguinte comentário que redigiu a propósito da observação feita por aquele jornalista: "Esta observação, a que é preciso render uma certa homenagem pela

inteligência crítica que revela, iliba-nos da divertida nódoa de absolutistas que a toda hora nos é assacada, ao mesmo tempo que assinala um progresso na inocência mental em que por via de regra vive mergulhado o espírito dos nossos contendores. Claro que o *Integralismo* não é de modo nenhum a doutrina duma república, com um rei por chave de abóboda. Esse foi o erro da monarquia constitucional, que Lafayette, nas vibrações românticas de 1830, festejava como sendo a melhor das repúblicas. Porque, assimilada pelo princípio monárquico, a doutrina republicana nunca pode dar senão a sua bastardia. No entanto, concretizando um pouco mais o sentido que às suas palavras quis imprimir o jornalista em questão, talvez tenhamos que reconhecer que a liberdade teórica das repúblicas só se efectiva e garante à sombra da Realeza. — dentro duma Monarquia, mas das puras, das verdadeiras". (*Ao Princípio era o Verbo*, pág. 125-126).

Refere-se depois às considerações expendidas por Royer-Collard, ao apresentar em 1822 um projecto de descentralização administrativa: "Nós vimos a velha sociedade desaparecer, e com ela essa multidão de instituições domésticas e de magistraturas independentes que conservava no seu seio, — aglomerado robusto de direitos privados, autênticas repúblicas na Monarquia" (o que dizia Herculano do regime municipalista em Portugal). "E hoje o que somos? Somos um povo de administrados e governados por mão de funcionários irresponsáveis".

Ao que Sardinha prossegue:

"Efectivamente, uma coisa é a República como doutrina política, outra coisa é a República como noção histórica da governança ou do poder.

"A doutrina da República exclui a concepção orgânica que antigamente se fazia do *facto-república*. O *facto-república* afirmou-se principalmente na Idade-Média com as liberdades municipais e corporativas, fundamentadas no direito legítimo do homem a viver e com razão moral no profundo ideal cristão daquela época. E', na verdade, da convergência de tão variados elementos que resulta a necessidade da sua coordenação pela força unificadora da Realeza. Quando a Realeza se



estabelece e desenvolve, em que bases é que nós a vemos assentar a sua profunda acção pacificadora? Nas comunas revoltas, no Terceiro-Estado em desavença constante com as arrogâncias, por vezes despóticas, do mundo feudal."

E conclui: "A Realeza é desta forma o único regime estruturalmente democrático que se conhece na história. E dizemos "democrático", porque só a unidade da soberania, como a Realeza a obtém e consolida, realiza o equilíbrio das classes, sem predomínio, seja ele qual for, dumas sobre as outras" (p.126-127).

Essa concepção da monarquia popular não se opõe de maneira nenhuma à instituição da aristocracia. Condenava Sardinha as "arrogâncias feudais" como repelia também a demagogia liberal e o despotismo dos monarcas absolutos. Mas reconhecia o valor insubstituível das aristocracias numa sociedade bem organizada.

Leiam-se, nesse sentido, as páginas admiráveis da sua *Teoria da Nobreza*, onde demonstra que "a nobreza é inerente à natureza do homem e que ela não é mais que a regularização da legítima tendência humana para se ganharem os cumes sociais. Baseia-se na verdade experimental de que a sociedade se compõe, não de indivíduos, mas de famílias. Como é inata a ânsia de transferência de uma classe inferior para outra superior, se essa transferência se opera apenas pelo indivíduo em si cai-se no erro revolucionário, com os funestos resultados do arrivismo. Se, porém, a ascensão pessoal se submete ao equilíbrio do grupo, é a família que sobe com o indivíduo, efectuando-se assim uma *selecção casada com uma duração*." (pág. 227).

O arrivismo das democracias revolucionárias engendrou "uma pequena oligarquia de *parvenus* enriquecidos, desapossando as populações rurais de benefícios tantas vezes seculares. Nas cidades o mal iria a pior com a dissolução das corporações de Artes e Ofícios, que deixava o artífice abandonado às contingências caprichosas da concorrência. O barão das Finanças assomava no limiar da história contemporânea. A nobreza da terra e do sangue substituíam-se as potências do ouro e da especulação. A selecção agora operava-se às avessas. Dantes a Nobreza corrigia a influência das fortunas na sociedade,

submetendo-as pela nobilitação ao interesse supremo de todos. Desembaraçado de quaisquer disciplinas que o limitassem e contivessem, o argentário campou com maioral onnipotente a que tudo se inclinava, — homens e coisas" (p. 208).

E que fazer, na organização das elites de amanhã, para que não se transformem também em sistemas oligárquicos? "O critério a seguir-se será, sem dúvida, o critério da Nobreza, deduzido do sangue e determinado pela honra. O problema não consiste, pois, numa hipotética *igualdade* de situação, como a Democracia pretende. Consiste antes numa justíssima *possibilidade* de ascensão, como a experiência reconhece e os factos proclamam" (p. 217).

Os cargos na antiga sociedade não se exerciam, nota Sardinha, *serviam-se*. A nobreza não era uma profissão, era um dever: *Noblesse oblige*. E assim também o monarca, no ápice da hierarquia social, servia à Nação e não era o *roi fainéant* das monarquias constitucionais. A fórmula do parlamentarismo monárquico — *o rei reina, mas não governa* — opunha Sardinha a sabedoria da tradição, assim expressa por Gama e Castro: *o rei governa, mas não administra*. Isto está longe do absolutismo, que confunde *funções directivas* com *funções administrativas*. "Exigindo para o Rei o exercício independente da suprema magistratura, a verdadeira Monarquia orbita-lho, porém, pelo federalismo económico e municipalista" (p. 137).

Outras grandes lições de Sardinha: a restauração do conceito tradicional de monarquia; o federalismo económico e municipalista, medida de salvação social ainda para os povos que não tenham tradição monárquica.

Tais as linhas mestras de sua Teoria do Estado, majestoso edifício de princípios políticos sustentado pelo sólido alicerce da verdade histórica.

### 3. TRADICIONALISMO E NACIONALISMO

Não se deve confundir tradição com inércia. Sendo uma "entrega constante" — de *tradere*, entregar, passar adiante — a tradição, longe de significar apego ao passado, é essen-



cialmente movimento e vida. Afirmação do estático, do imutável em contínua actividade, na força de um perene dinamismo realizador.

Sem a tradição não pode haver progresso no pensamento e nas ciências, pois este progresso só é possível quando partimos das verdades já adquiridas ou das experiências levadas a efeito por quantos nos precederam. Sem a tradição os povos nunca deixariam de ser primitivos, pois a civilização e a cultura representam o fruto do labor colectivo de várias gerações, e fazer tábua rasa da tradição seria começar tudo de novo, seria ficar sempre no começo.

O tradicionalismo político é uma questão de bom senso. Procurar para cada povo o regime que mais lhe convenha segundo a sua índole, os seus costumes, a sua história é também procurar conduzi-lo no caminho mais apto ao verdadeiro progresso social.

Não se identifique, pois, o tradicionalista ao saudosista empedernido, incapaz de ser homem do seu tempo, ou ainda ao conservador irreductível, sistemáticamente alheio às inovações processadas em torno de si.

O tradicionalista tem a consciência dos valores do passado que devem permanecer. Pressentindo os tempos novos, trata de assimilá-los à substância cultural que, desafiando os séculos, faz a força dos grandes povos.

Assim foi António Sardinha. Um tradicionalista e um renovador. Ou melhor, um renovador exactamente por ter sido um tradicionalista. Pois ele mesmo dizia da tradição: é continuidade no desenvolvimento, permanência na renovação.

Entre esse tradicionalismo político e o tradicionalismo filosófico ou o fideísmo, nada há de comum quanto à essência. Acidentalmente encontram-se alguns tradicionalistas em filosofia e também na doutrina política: tal o caso de Joseph de Maistre e De Bonald. Mas há tradicionalistas em filosofia que, em política, longe de o serem, adoptam uma posição revolucionária: exemplo frisante é Lamennais. Outros, rejeitando o tradicionalismo filosófico, sustentam princípios políticos tradicionalistas. Era esta última a posição de Sardinha.

O amor à Pátria, escrevia Sardinha, é não tanto o amor ao solo, mas sobretudo às gerações que nos precederam. Compre-



ndia ser a tradição o elemento predominante na caracterização da nacionalidade.

Nacionalista foi Sardinha quando os nacionalismos agressivos, belicosos, desviados do seu sentido histórico e cristão, devastavam a Europa conflagrada. Nacionalista não podia deixar de ser, vendo sua Pátria há um século dominada pela maçanaria internacional e sujeita ao ouro judaico, vendo os portugueses a viverem "como estrangeiros dentro da própria casa."

Não sabia distinguir entre a justa valorização do nacional e a hipertrofia dos falsos nacionalismos. Era um patriota e não um jacobino.

Eis como se define a esse respeito: "Urge que, na floresta espessa dos mitos e superstições, nos não abandonemos cegamente ao encanto bárbaro da aspiração nacionalista. Acentuamos "encanto bárbaro", porque, na sua ânsia impetuosa, há na aspiração nacionalista que desvaira a Europa uma força de agressividade primitiva, — um total olvido da harmonia que é imperioso restabelecer nas relações dos povos, como assento sólido da Cidade de Deus. Entende-se assim que o "nacionalismo" — instinto profundo da vitalidade, se completa e depura nas regras que do "tradicionalismo" recebe interpretando "tradicionalismo" como o produto da experiência secular da humanidade. Se, em relação a cada pátria, o tradicionalismo supõe um nacionalismo, supõe também, em relação ao grande conjunto humano, um *universalismo*. Como à raiz de cada nacionalismo estão os mandamentos do Decálogo, dependendo a inviolabilidade e o vigor dos agregados nacionais dos termos em que se professem ou respeitem tais mandamentos, o *universalismo*, para não ser *cosmopolitismo* e aflorar como uma soma dos interesses dos diversos agrupamentos de nações, só pode ser o universalismo que a Idade-Média professou e a que Augusto Comte rendia tão calorosas homenagens: a sociedade internacional restabelecida e restaurada sobre as únicas bases duradouras, — as da Cristandade.

"Se meditarmos no problema com atenção cuidadosa, verificaremos que a desapareição na Europa da sociedade internacional coincide com o "cisma das Nações", ou seja com o adven-

to e com o alastramento da Reforma. Destruidora do princípio da solidariedade dos povos e dos indivíduos, difundido pela religião de Cristo, a Reforma inaugura em matéria religiosa o individualismo, isto é, a sobreposição da *razão pessoal* à *razão geral*, a vitória da *razão mediata* contra a *razão eterna*. O "cisma aberto pela Reforma, com a revolução de 89 transitou da sociedade internacional para as sociedades nacionais. De modo que o triunfo obtido pelo Protestantismo em Westfália, substituindo a antiga coordenação dos Estados pela supremacia variável do mais forte ou do mais hábil, seguiu-se de perto pela introdução, na existência das nações, do regime dos partidos, em manifesto prejuízo do regime de unidade moral, em que até a data se tinha vivido. Não é difícil, por isso, concluir que há um *universalismo* estreitamente vinculado ao *nacionalismo*, como há um *cosmopolismo* vinculado não menos estreitamente à insânia execrável do Liberalismo, sendo pelo Tradicionalismo que se opera a justa e prudente combinação desses dois elementos, *nacionalismo* e *universalismo*" (*Ao princípio era o Verbo*, p. XVI-XVIII).

O nacionalismo de Sardinha completa-se por uma espécie de super-nacionalismo decorrente da missão histórica reservada pela Providência a Portugal e à Espanha. A profunda unidade cultural entre estas nações irmãs empolga o autor da *Aliança Peninsular*, não obstante a dualidade política afirmada nas conferências do Integralismo Lusitano sobre *A Questão Ibérica*.

Ouçamo-lo ainda uma vez.

"Repartida a Península em diversas nacionalidades, a cada uma cabe depois marcadamente um papel distinto. E' Castela quem no interior avoca a si a continuação da guerra contra o Mouro. Aragoneses e catalães espalhavam-se pelo Mediterrâneo o levam as cintilações afortunadas da sua estrela até Constantinopla, fundando o ducado de Atenas, de passageira existência. A nós toca-nos a empresa de Marrocos e a epopeia do Mar. Se tais manifestações são variadas e por vezes divergentes nas suas linhas imediatas, reconhecemos que as ilumina e conduz como que providencialmente a presença suprema duma finalidade comum. Fundido o Aragão com Castela, recebe-lhe esta como herança a sua política europeia. — a sua ac-

ção ao Mediterrâneo. Fica Portugal entregue a si próprio na dilatação da Fé e do Império.

"Então se verifica que a sorte da Europa e o fastígio da civilização dependem em grande parte das duas pátrias peninsulares. Castela, nesse dualismo concorde, significa a vocação *terrestre*, enquanto Portugal concretiza a vocação *marítima*. Se Portugal e Castela se tivessem conglobado, ou a Península faltaria às gloriosas arrancadas marítimas com que completamos o conhecimento do mundo, ou a Cristandade houvera soçobrado debaixo da pata do Turco galopando já pelos plainos da Hungria, quando na Europa se ateava o incêndio das discórdias religiosas. Sem dificuldade se constata, pois, que a unidade do génio peninsular, na sua projecção histórico-social, foi garantida pela separação política de Castela e Portugal, providencialmente assegurada em Aljubarrota e nos campos de Toro.

"Percebe-se agora por que a consciência do Hispanismo inspirou Camões em toda a extensão do seu poema. Se ele realizou como ninguém a diversidade das nações da Península, como ninguém assinalou também a apertada ligação que as unia entre todas" (*A lareira de Castela*, 1943, p. 153-154).

Ao "iberismo" de procerência maçónica, comprometendo a independência política de Portugal, opõe Sardinha o "hispanismo", usando este termo para expressar com precisão a unidade cultural dos dois povos peninsulares.

O hispanismo dos *Lusíadas*, viva realidade na concordância política e social de Quinhentos, está presente, com grande poder de inspiração, no prosador que em *Ao Princípio era o Verbo* nos arrebatava com a *Meditação de Aljubarrota*, ou no poeta que nos enternece com o lirismo da raça em seus sonetos *Na Corte da Saudade*, compostos ao balbuciar das águas mansas do Tejo nas suas nascentes espanholas.

Foi em Toledo, à sombra da Catedral, "num dia amargo de saudade", — confessa António Sardinha, — que suas antigas desconfianças a respeito da Espanha se dissiparam por completo. Foi lá, "em pleno coração de Castela", que ele sentiu a força e o encanto da Espanha-Madre, com Castela e Aragão, Portugal e Navarra a integrarem o quadro multiforme das Espanhas.



E atravessando o vasto oceano, *mare nostrum* hispânico, Sardinha via no Brasil e nos países da América espanhola a projecção daquela "aliança peninsular" por um vasto mundo que abrange também rincões africanos e extremos asiáticos.

"Da mesma maneira que nós nos deformamos e enfraquecemos sempre que levemente se troca o nosso irreductível "hispanismo" por um postiço e retórico "latinismo", da mesma maneira na outra margem do mar, se deformam e enfraquecem as nacionalidades hispanoamericanas, entregando-se incautamente à cobiça da infiltração do *Yankee*, sempre que avolumam e propagam os efeitos negativos da "leyenda-negra" contra a Península. Pertence-lhes, tanto como a nós, a guarda da civilização em que todos nos inserimos como ramadas dum frondosa árvore genealógica. A guarda e a difusão. Na sua guarda e na sua difusão estão os alicerces mais inabaláveis das pátrias hispanoamericanas. Intensifiquemos, portanto, os laços que a elas nos hajam de ligar. Esses laços só se intensificam pelo respeito exacto do nosso fundo tradicional, pela obediência escrupulosa ao mandato imperativo da nossa história, hoje reduzida a moeda miúda nas mãos de verdadeiros ciganos do pensamento e da política" (*A lareira de Castela*, p. 243).

Essas palavras proferiu-as António Sardinha na cidade de Badajoz, comemorando-se a Festa da Raça, em Outubro de 1924. Só depois redigiu o discurso, sendo colhido pela morte antes de terminar a tarefa. Assim, o seu derradeiro trabalho saiu publicado ainda incompleto. E' o testamento de Sardinha. Em plena pregação tradicionalista e hispânica, despediu-se deste mundo com os olhos voltados para nós, hispanos da América.



## LA LECCIÓN DE ANTONIO SARDINHA

FRANCISCO ELIAS DE TEJADA

Al maestro J. Hipólito Raposo

1. — Cuando Fernando de Aguiar me comunicó su feliz idea de agrupar en un número de *Reconquista* un manojito de estudios en memoria del grande varón que fué Sardinha, venía yo del corazón de Europa y, cual sucede siempre en coyunturas semejantes, traía aguzado mi sentido de nuestra condición de no europeos. Por eso el comentario que me sugería Fernando de Aguiar tenía que poseer intención más allá de la simple rememoranza ensalzadora; había de ser la respuesta a la pregunta: ¿qué enseñó Antonio Sardinha, portugués de pro y de bríos, a los hombres de la Tradición de las Españas que alcanzamos el año 1952?

Estas líneas son mi respuesta.

2. — Para el investigador, erudito buscador de fuentes apagadas, amasador de ciencia en polvo de olvidadas bibliotecas, tal vez la figura de Antonio Sardinha no posea tonalidades bastantes para diputarla por una de las primeras de toda la historia de Portugal; y, sin embargo, es tan alta y rica en sugerencias la huella que su obra nos legara, que el nombre de Antonio Sardinha simboliza nada menos que la revisión de la torcida interpretación, vieja de raíces seculares, que torció la vida política portuguesa enfrentándola con la de los otros pueblos de las Españas.

Cuando él saltó a la arena política, un mar de odios, de desprecios y de mendacidades empañaba la limpia claridad de las relaciones entre hermanos. Rencillas propias de todas las contiendas que saben a guerras civiles, oponían a gentes nacidas

Bajo la lumbre de un destino idéntico y a las que la incomprensión tornó en feroces y endiablados contrincantes.

Antonio Sardinha trajo el mensaje de la comprensión y de la paz, porque halló la fórmula exacta del entendimiento entre los hermanos. En una sociedad ajena a los ideales de acercamiento puso la noticia de un abrazo como sustitutivo a las amenazas y a las befas. De su mano sale la estampa de las Españas como unidad superior abarcadora de todos los reinos nuestros, cara a la historia en afanes de una acción universal, a la par ecuménica y católica. El destino común de nuestros pueblos como instrumento de los designios del Altísimo es la concepción que salvó a Sardinha de todos los avatares del error y de la duda. Con la luz de la verdad deshizo los fantasmas entecos y alucinadores de la hostilidad y nos abrió los caminos alegres y ensoñadores del único porvenir: de las vías ásperas, pero rectas, por las que portugueses y castellanos anduvieron en otros siglos mejores las rutas de Dios y las Españas.

3. — He escrito en otra parte que la historia del pensamiento político portugués puede sintetizarse en un proceso paralelo a la marcha de Portugal misma en el curso de los tiempos, ordenado en el ritmo de crecimiento, virilidad y decadencia consubstanciales a las naciones de la vieja Europa. La edad media, la edad de las Españas y los tiempos posteriores corresponden a ese proceso sucesivo que sigue desde hace ochocientos años la idea portuguesa; y los tres periodos que encontramos en el devenir de los portugueses no son otra cosa que las repercusiones con que en el campo de la cultura retumban los hechos exteriores.

Un primer momento apunta los hitos culminantes del camino que las gentes del occidente peninsular hubieron de andar hasta conseguir cimentar sólidamente la propia independencia. Desde nuestro punto de vista raigadamente tradicional asistimos gozosos al espectáculo de un pueblo que paulatinamente llega a ser nación, porque la historia portuguesa medieval nos dice que esa diferencia y apartamiento antes servía que perjudicaba a la misión de nuestras gentes en el campo ancho de la Humanidad. Los hombres de la Tradición de las Españas sabemos bien que la unidad de las almas podía anudarse con la diferenciación política; y en ese bello cuadro del Por-



tugal que nace y crece contemplamos la delicia multiforme de un gran pueblo pequeño, cuya grandeza estuvo cabalmente en la medida en que permaneció fiel a la misión universal de los pueblos de la vieja Hispania.

El recodo del 1500, esferas armilares que la cruz corona y fruto maduro de las vigiliadas impacientes de Sagres, abre la edad dorada, siglo y medio en que nos imponemos hacia el mundo. El rumbo de los acontecimientos lleva a los años áureos, consumados cuando el mayor de todos los hispanos, Felipe el Calumniado, reúne en su mano los cetros de todos los reinos peninsulares. No fué el error la unión en Felipe II, que con genial visión y pulso cierto mantuvo todos los fueros, libertades y usos que garantizaban la separación de la tierra portuguesa como cuerpo aparte dentro de la inmensa monarquía federativa y misionera: fueron sus sucesores, olvidadizos de la norma política fundamental del derecho tradicional hispánico en virtud de la cual la unidad de nuestros pueblos debe ir ligada a la diversidad foral requerida por la peculiar condición de cada uno, los que dieron pie a la obra de Juan IV y abrieron cauce a la primera escisión de nuestras gentes, merced a una ceguera política que los liberales uniformistas — como Cánovas del Castillo — elogiarán al conde-duque de Olivares, pero que nosotros, los hombres de la línea tradicional, no podremos olvidar ni aprobar nunca.

A partir de 1640 la historia del pensamiento político portugués es igual a la historia de los demás pueblos hispanos: una lucha sin cuartel entre las dos corrientes contrapuestas de los que colocan afuera el modelo de la regeneración y de los que buscan la salud por el espíritu que un día nos hizo grandes. La primera línea está poblada por los que hacen la historia oficial en Portugal y en Castilla, los que firman el tratado de Methuen y los que vienen a recoger la herencia de Carlos II, los absolutistas y los liberales de un lado y otro de la raya; la segunda es la leyenda humilde y callada de los pechos fuertes, uncidos a la ilusión de un retorno que tantas generaciones añoran todavía en la paz indiferente de sus huesos.

Y la historia es paralela porque paralelo es el mal y el síntoma: lucha entre lo hispánico y lo extraño, entre el patrón de fuera y el modelo ideal que está en el pecho. Carlos III

y D. José I. Feijóo y Verney, Aranda y Pombal, Isabel II y D. María II. Saldanha y Espartero, Palmela y Martínez de la Rosa, los regeneradores y el canovismo, el grupo de la "questão coimbrã" y la generación del 98, son parejas cuyo acoplamiento pudiera llegar al infinito. Y enfrente de ellos, dándose la mano en señal de hermandad, los ejércitos silenciosos y tenaces de quienes se niegan a romper con la verdad común, abrazo de don Carlos y don Miguel frente a una Europa cuyas vanguardias roían las entrañas de la patria.

4. — Bosquejo rapidísimo que dice lo bastante para entender el sentido de la historia de Portugal como pueblo que, junto a los demás hispánicos, cumplió hazaña de valor total para los hombres. Y, de hecho, las líneas cardinales del pensamiento portugués coinciden con esta manera de opinar.

En la edad media Portugal se define según estas dos características: a) es reino independiente; b) es reino que cumple, con los otros hispánicos, una clara misión de alerta definida por la cruzada contra el árabe. En una palabra: la situación del reino luso entre los demás peninsulares es la de un cuerpo político unido a sus iguales por los lazos de la comunión del ideal.

Las ocasiones de interferencia política son muchas. Recuérdese como los hermanos de Inés de Castro convencen en 1354 a D. Pedro I para que suscite pretensiones a la corona de Castilla, caso que un moderno historiador ha llamado cargo de gravísima importancia en el proceso mental que antecedió a la muerte de la desventurada dama gallega (1) y en el que encontramos el primer ejemplo de un peligro portugués para el reino castellano.

Culturalmente, ocurre en mayor grado todavía. En el *Cronicón conimbricense* se cuenta por dos veces que los godos entraron en España (2); en la *Cronica gothorum* (3) y en el *Cronicón alcobacense* (4) repítense iguales frases. La mano autora del primero opondrá Portugal a Castilla y a Aragón, pero no a España (5); el cronista que en el siglo XII nos narra los hechos de Santa Senorina de Basto, nacida y muerta dos centurias antes, da a Alfonso V de León el título de rey total de las Españas, también de la zona portuguesa en que el *Cronicón* se redactaba (6); el trovador Juan Ayres de San-



ago opondrá Castilla a Portugal, partes de España (7), a tenor de lo apuntado en el *Cronicón conimbricense*; en el mismo *Cancionero de Ajuda* Paay Soares de Taveiros dedicará una de sus ocho cantigas a darnos cuenta de la tristeza sentida cuando abandonó su tierra portuguesa y española (8); hasta en los documentos semioficiales como el *Livro de los Linhagens* no solamente se recogerán las ideas anteriores de unidad geográfica refiriendo la invasión nórdica (9) y la oposición entre Portugal y Castilla (10), sino que se justificará la obra por intentos hispánicos en razón de portugueses (11).

Hasta los documentos oficiales expresarán tal sentir, entonces el único existente. En la ley XIII de D. Affonso III, dictada en Lisboa a 14 de mayo de 1266, se postula la ayuda a Castilla contra los árabes en razón de la solidaridad que crea la defensa de la misma fe: "Cum ego Alfonsus Dei gratiae rex Portugaliae ad honorem Dei, et defensionem fidei Christianae contra Sarracenos qui terram Regis Castellae invaderant, et occupabant, vellem ipsum Regem Castellae per terram et per mare iuvare..." (12).

Aseveración de D. Affonso III que demuestra como la solidaridad entre los reinos hispánicos era algo más que cosa pasiva, expresión geográfica o vocablo apagado y sin movimiento. No fué la cohesión estática, sino dinámica. Respondía a un concepto de la vida, reafirmado por la guerra que los moros hacían con valor de santa. España venía a ser la cruzada que contrarrestaba a esa guerra santificada, y los textos manifiestan la obscura intimidación que apretaba a todos los cruzados adversarios del Islam. Que así se fué elaborando un concepto individualista cuyos frutos geniales hallarán años después sazón madura en la ocasión del Renacimiento.

No es azar sea un poeta versificando en portugués quien con más pasión ha ensalzado la gesta de las tomas de Sevilla y de Valencia. Pero da Ponte declara sentir como propias, como portuguesas, fechas tan decisivas para la marcha de la Reconquista. Cuando nos habla de la presa ganada por Jaime I (13) o del santo rey don Fernando (14), ganador de mar a mar y autor de la mayor hazaña de la historia excepción hecha de la divina gesta de la Redención, se comprende la línea genial

de un sistema político que proyectaba sobre el mundo la sombra de unos pueblos independientes pero unidos (14).

La vanidad de la casa de Avis no trueca en lo más mínimo este sentido de hermandad. Ya he relatado en otra parte los innúmeros textos de toda procedencia, oficiales y privados, literarios y narrativos, incidentales o buscados, que muestran sobradamente como en el siglo XV la postura de Portugal frente a lo hispánico se afirmaba en torno a esas dos líneas polares que presiden la trama entera de su historia: la de una independencia política y la de entregarse a la misión al mundo que eran las Españas, síntesis espiritual de lo que la geografía ató en el recinto peninsular y la historia anudó en centenaria lucha contra el enemigo mahometano.

A lo primero, el equilibrio político se vió unas veces alterado por Portugal y otras por Castilla. Precisamente en el siglo XV las pretensiones de hegemonía política correspondieron a Portugal y fueron los castellanos quienes hubieron de defender en Toro sus derechos de un modo igual a como los portugueses los habían defendido la centuria anterior en Aljubarrota.

Castilla se apuntó, en cambio, la clara hegemonía de su lengua como instrumento literario. En castellano escribieron muchos portugueses y el idioma del marqués de Santillana reinó absolutamente en la península, por más que en Portugal se consolidara la prosa propia a través de Fernão Lopes, de don Duarte, del infante don Pedro y tantos otros.

Afianzamientos de la personalidad de cada pueblo que en nada perjudicaban a la común empresa de mantener el orden católico en el mundo. Las *descobertas* camino de la India o de América son buena prueba de que la vieja noción unitaria se mantenía al abrazar toda la cintura del planeta. Y los lusitanos eran los primeros en comprender y sentir su puesto en el combate. En ocasión solemne, postrándose a los pies de Sixto IV en 1481 el obispo García de Meneses en calidad de embajador de D. Juan II, lo hará constar así: "Hic est illae Africae domitor, qui si ablati urbibus & oppidis in fretis, & in ipso mare Atlantico sitis, tam potentes illos Africae reges non coeruisent, longe maior procul dubio clades, illinc a Mauris illata per Gaditanum fretum in Hispanias ingrueret, quam a Turcis in Graecia per Bosphorum Thracium atque Hellespontum



Christianus populus passus erat. . ." (15). No es preciso acumular citas en apoyo de verdad tan clara, en mérito a la cual nuestros abuelos lograron que la historia del mundo fuese capítulo de nuestra propia historia.

El Renacimiento no implica mutación a este respecto. La unidad de los dos pueblos se cimentaba en la fe y en el convencimiento, en una dimensión de lejanías que traía mirar las cosas de la tierra con ojos de seres dados a habitar en las alturas. Por eso, frente a las rupturas del orden medieval, montamos la guardia de nuestra común firmeza en auténtico bloque de ideales.

Entre todos los datos recordaré únicamente aquellas estrofas en las que Andrés de Resende atacaba a la Reforma luterana y aludía al peligro turco, en aquel momento crucial de la historia en que salvamos a la Cristiandad haciendo morder el polvo en Mühlberg y en Lepanto a los bárbaros del norte y a los bárbaros del este. Felipe y D. Sebastián, el Calumniado y el Deseado, se nos aparecen, en la visión del padre del humanismo portugués, como los bastiones de esta verdad suprema que llamamos las Españas (16).

No alteró esa unidad más alta, perfectamente compatible con la diversidad política, la unión a la corona de Castilla bajo el cetro de Felipe II, I de Portugal. Porque en los acontecimientos que culminan en las cortes de Tomar perduró siempre un sentido de respeto, la tesis de sostener a Portugal cual reino aparte cultivando sus peculiares características, la política que correspondía a aquel coloso que como ningún otro hombre entendió certeramente nuestro sistema tradicional.

Por desgracia hay todavía gentes en Portugal que no lo ven así: las que, víctimas inconscientes de la propaganda tejida por tramas de dudosa urdimbre, opinan todavía que el gran Austria no pasó de ser sombra siniestra y negra (17). Para estos tales la obra de Sardinha y la historia entera de su pueblo portugués no cuentan nada, y están a la altura de las necedades que hace apenas ochenta años escribía un Fonseca Pinto al argüir que "esclavizados por una política odiosa, nos iban poco a poco faltando las fuerzas. Castilla era para nosotros un vampiro que nos chupaba la sangre, buitre que nos



roía las entrañas, veneno que nos mataba lentamente la nacionalidad" (18).

Sin embargo, la verdad es otra y hoy llega el instante de proclamarla, siguiendo las huellas de Antonio Sardinha, máxime cuando — como él — estimamos la conveniencia de la dualidad que hizo posible que los dos pueblos cumplieran misiones distintas en la forma pero en el fondo y resultado idénticas. Felipe II no fué en Portugal el tirano conquistador que esclaviza a un pueblo subyugado, sino el padre de sus súbditos portugueses. Dígalo su actitud constante de enamorado de las cosas del país de su madre: recuérdese su repulsa hacia el portugués que, olvidando que hablaba a un rey de Portugal, le enderezó plática en lengua castellana (19); hágase memoria de su exaltación de las glorias lusitanas en la persona de la madre de Luis Vaz de Camões (20); no se olvide su respeto a los usos tradicionales y fueros de aquel reino, que puntualizó debidamente el cronista Diego Núñez de León (21), o su desinterés en el asunto de doña Catalina de Braganza, única vez en que desmereció el calificativo de prudente, al decir de cronista tan poco sospechoso como Alejandro Brandano (22). ¿A qué seguir? Felipe II no anexionó Portugal a Castilla, sino ligó dos reinos de propias notas individualizadoras. "Las garantías políticas dadas por Felipe II a las cortes de Tomar ha escrito un historiador que, por inglés, resulta testimonio difícilmente recusable — en lo que respecta a asegurar su pacífico advenimiento al solio portugués restringió prácticamente la unión con España a mera unión personal de ambas coronas" (23).

Lo mismo opinaba Sardinha y decimos nosotros. "Es una verdad, cada vez más confirmada, por el contraste de los documentos, que nosotros no estuvimos nunca anexionados a España. Persistimos, aunque ligados al gobierno de Madrid, en plena autonomía gubernativa. El único lazo que nos engrazaba al resto de la monarquía de los Austrias no era apenas sino la persona del soberano. Realizábamos entonces, españoles y portugueses, un sistema gubernativo del que sólo hay un ejemplo aproximado en la monarquía dualista de los Habsburgos en Austria y Hungría. He de levantarme, en nombre de la verdad y de la historia, contra el falso patriotismo

que considera como pérdida de nuestra autonomía la pérdida de nuestro rey natural" (24). "No fué una incorporación, por otra parte, lo que ocurrió. Fué más bien una unión, una especie de monarquía dualista, como la de Austria-Hungría. Pruébanlo, por ejemplo, la introducción de las armas de Portugal en el escudo español, la venida de Felipe II a las cortes de Tomar y la constitución del Consejo de Portugal en Madrid" (25).

El error no estuvo en aquel que, desde su sepulcro escorialense sigue siendo el eje de toda la historia de nuestros pueblos. Fueron sus sucesores los que, pretendiendo transformar a Portugal en una provincia castellana, dieron motivos de sobra y justificaron plenamente los sucesos de 1640. Pese a los rosados detalles que relata el cronista oficial Lavanha, fué en la jornada real a Lisboa el año 1619 cuando apareció el punto de cambio de la perspectiva política peninsular (26).

D. Juan IV tenía razón contra Felipe IV por algo más y por algo menos de lo que denunciara Velasco de Gouvea en su celebérrima Apología (27): porque Portugal era un pueblo hispánico pero un pueblo aparte, que bien podía seguir camino diferente antes que tolerar mediatizaciones extrañas.

Lo que sucedió fué obra de la imperfección humana. Si en la unidad los castellanos no supieron respetar la verdad, en la separación los portugueses no acertaron a mantener los lazos de hermandad, sobre todo una vez pasadas las inútiles tentativas de la segunda mitad del siglo XVII para rehacer el edificio político que los centralismos del Conde-duque de Olivares derruyó. Si antes la culpa estuvo en Madrid, luego el yerro asiéntase en Lisboa. La independencia portuguesa fué algo más que mera independencia y gobierno aparte: ante todo vino a constituir un odio a muerte contra el posible castellano invasor, un rencor viejo de tres siglos, una vida a espaldas del verdadero puesto de ambos pueblos en la historia.

Los únicos intentos de acercamiento, los del siglo XIX, estuvieron tarados de un verro liberal-positivista, plomo en las alas de aquella fe común cuyo equilibrio nos hermanó en los días áureos de nuestra gloria. En la pasada centuria fueron muchos los que creyeron en la unión; pero en una unión liberal, masónica, democrática, sin perspectivas ni horizontes

de infinito. Antero de Quental, Oliveira Martins, Esk Ferrari, Magalhães Lima y tantos otros, son nombres que simbolizan el acercamiento externo y legal, a espaldas de la fraternidad de los espíritus, con arreglo a fórmulas de federalismos hueros de tradición y apoyados en la idea del hombre ahistórico característica de los liberalismos democráticos. Y la mayor desgracia estuvo en que quienes propugnaran el entendimiento entre ambos pueblos fuesen precisamente los negadores de nuestro sentido universo, que, por ende, se hallaban incapacitados para concebir la síntesis de la unidad bajo gobiernos distintos y sin otro lazo que el común afán misionero, aquel que vislumbrara ya Gil Vicente y que arropado en galas humanistas demandaba Andrés de Resende al puño brioso del Encubierto.

Una verdad quedó, sí, por herencia de esta orientación torcida: la de que la separación entregó al pueblo hermano en manos extranjeras transformándolo en simple factoría británica (28). Pero nada más que esa conclusión negativa. Era preciso que una voz viril y joven alumbrase los rumbos de una revisión histórica para procurar el entendimiento perdido sobre la base de una unidad armónica con la variedad de las distintas situaciones políticas, restaurando la sencilla, olvidada y permanente fórmula que en Aljubarrota y en Toro señaló Dios a los pueblos hispanos de la península: independencia castellana e independencia portuguesa bajo el signo activo de la solidaridad hispánica.

Por haber llevado a cabo esta restauración, António Sardinha es figura capital del pensamiento político de las Españas. En su alma a un tiempo delicada y recia mordía el temblor de las aspiraciones geniales; y su dedo de iluminado es y será por siempre la clara guía de estos pueblos desparramados por cinco continentes, ambiciosos del retorno de aquella edad dorada en que la historia de la humanidad era la historia de nuestra tradición común.

La Tradición nos acerca y lo extranjero nos separa; fué Sardinha quien nos señaló las vías del retorno a la Tradición que sabe de unidad y variedad, de diferenciación en los gobiernos y de fraterna acción histórica.

Esta es la lección de los libros de Antonio Sardinha para un hombre de la Tradición de las Españas en este año de 1952.

5. — A Toledo vino enfermo de recuerdos y dolido de persecuciones, a recobrar a orillas del Tajo el sabor de su constante aspiración. En versos cincelados y exquisitos, sonetos de auténtico acero templado en las aguas de la Vega, nos cuenta sus calladas añoranzas.

Muchas cosas había allí de Portugal. En primer término el templo de los Reyes Nuevos, réplica de Isabel a su abuelo D. Juan, en donde él, cual Vázquez de Mella bajo las bóvedas de Batalha, adivinó el secreto sello de esta nuestra hermandad por Dios querida. Más tarde las lápidas, las inscripciones, las emociones, la lejanía hacia el oeste, el bullir del río común que besa al alcázar toledano y el morir entrega en los muros lisboetas el beso que recibiera al coronar la altiplanicie de Castilla. Y, sobre todo, la rememoración de aquel rey que no volvió a Portugal ni aun tras la muerte, el triste señor D. Sancho II, objeto de lealtades espantosas, cautivo de amorosas ligaduras, casi como el fantasma eterno que vaga entre las sombras junto al Tajo por garantía permanente de una atadura que, al igual de las del amor, va más allá de la vida y de la muerte.

La vida de Antonio Sardinha nos dió lección de un amor así a los hermanos del lado acá de la raya. Esta es la lección de su vida que se junta a la lección de sus escritos para constituir su suprema lección de hermandad y de esperanza.

#### Aprendámosla de Antonio Sardinha.

1. — Es el mejor tratadista del asunto, el profesor Antonio de Vasconcelos, en la página 35 de su *Inês de Castro. Estudos para uma serie de lições nos cursos de historia de Portugal*. Segunda edición. Barcelos, Portucalense editora, 1933.
2. — *Portugaliae Monumenta Historica*. Olisipone, Typis Academicis, 1856. Sección de *Scriptores*, I, 3 b.
3. — *Chronica Gothorum*. En los *P. M. H.*, I, 8 a. Se da allí como escrito en el siglo XIII, puesto que recoge la batalla de las Navas de Tolosa, que tuvo lugar el 16 de julio de 1212. Aunque lo pone en duda el P. Luis Gonzaga de Azevedo S. I. en su artículo *A crónica dos Godos*, publicado en *Brotéria I* (1925), 440-447, 470-481 y 571-581.
4. — *Chronicon Complutense sive Alcobacense, vel monasterii Sanctae Crucis Conimbricensis*, de finales del siglo XIII. — En *P.M.H.*, I, 18 a.
5. — *P.M.H.*, I, 4 b.
6. — *P.M.H.*, I, 51 b.
7. — Cantiga número 536, página 192 a, en el *Cancionero de la Vaticana*, editado por Ernesto Monaci. Halle a. S., Max Niemeyer Verlag, 1875.



8. — *Cancionero de Ayuda*, editado críticamente por doña Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Halle a. S. Max Niemeyer Verlag, 1904. — I, 73.
9. — Conde Don Pedro: *Livro dos Linhagens*. En *P.M.H., Scriptores*, I, 247.
10. — I, 250-251.
11. — I, 230.
12. — *P.M.H. Leges et consuetudines*. I, 217-218.
13. — Cantiga número 278 del *Cancionero de la Vaticana*, página 208 a.
14. — Cantiga número 572 en el mismo, página 205 a:  
"E de faql dia q ds naceu  
nuca ta bel presete recebeu  
como del recebeu aquel dia..."
15. — *Conimbricæ*, apud Joannem Alvarum, 1561. — Cita al folio 11 vto — 12.
16. — Oda *Ad Deum Patrem ob calamitatem sectarum*. En la página 3 de los *Pœmata, epistolæ historice, orationes*. Coloniae, apud Gerhardum Greuenbruch, 1613.
17. — Tal, por ejemplo, Julio Dantas, en el discurso pronunciado el 8 de abril de 1937 con motivo del centenario de Gil Vicente, según consta a las páginas 33-34 de *Gil Vicente. Vida e obra*, Lisboa, Academia das Ciências, 1939.
18. — A. A. da Fonseca Pinto: *Commemorações. D. João IV. Restauração de Portugal*. En *O Instituto VIII* (1860). 258 a.
19. — Lo cuenta Alvaro Ferreira de Vera en el folio 86 de sus *Breves louvores da lingua portuguesa*, apéndice a su *Orthographia*. Lisboa, Mathias Rodriguez, 1631.
20. — Alvará de 31 mayo 1582, liquidación de 18 noviembre 1582 y nuevo alvará de 5 febrero 1585, ordenando se entreguen quince mil reis a Ana de Sá, madre de Camões, "não o achando vivo". — Vide el testimonio poco sospechoso de Teophilo Braga: *Historia de Camões*. Porto, Imprensa Portuguesa. I (1873), 389 y siguientes.
21. — Se le juró, dice Núñez de León, "según la costumbre de los Reyes pasados". — Duarte Núñez de León: *Genealogia verdadera de los Reyes de Portugal, con sus elogios y sumario de sus vidas*. Lisboa Antonio Alvarez, 1590. — Folio 91.
22. — Alessandro Brandano: *Historia delle guerre di Portogallo, succedute per l'occasione della separazione di quel regno della Corona Cattolica, descritte, e dedicate alla sacra reale Maestà di Pietro II, re di Portogallo*. Venezia, Paolo Baglioni, 1698. — Cita a las páginas 19-20.
23. — George Young: *Portugal old and young*. Oxford, at the Clarendon Press, 1917. — Cita a la página 148.
24. — Antonio Sardinha: 1640. En *Anton'o Sardinha y la cuestión peninsular*. Valencia, Gimeno, 1927. — Página 34.
25. — Antonio Sardinha: *Os nossos reis*. En *Ao principio era o verbo*. Segunda edición. Lisboa, Gama, 1940. — Página 245.
26. — João Baptista Lavanha: *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Felipe II N. S. no Reyno de Portugal. E relação do solene recebimento que nelle se lhe fez*. Madrid, Thomas Junti, 1622.
27. — Francisco Velasco de Gouvea: *Justa aclamação do serenissimo rey de Portugal D. João o IV*. Lisboa, Lourenço de Alvares, 1644.
28. — J. P. Oliveira Martins: *Historia de Portugal*. Lisboa, Bertrand. I (1886) — La expresión aludida en el texto, a la página 16.



## O SENTIMENTO RELIGIOSO NA OBRA POÉTICA DE ANTÓNIO SARDINHA

ANTÓNIO DE MAGALHÃES, S. J.

A obra de António Sardinha, quente e vibrante, torrencial e tumultuária de um ensaísta e de um apóstolo não tem as linhas hirtas de pensador abstracto, livrescamente debruçado sobre infólios, com simples preocupações frias de sibarita intelectual. Não. A hora era dura, de combate. E a sua missão era de combatente, na primeira linha. Mas o soldado foi o chefe incontestado e incontestável da sua geração, porque tinha alma de poeta.

Queimou-se no jornalismo, constantemente alerta, na revisão da história e do pensamento, ansioso por desencantar o sentido de Portugal autêntico, desfigurado pela mentira da escola oficial e vindo, apressadamente, para as folhas vibrantes de *A Monarquia* e de *A Nação Portuguesa*, gritar as suas descobertas, sacudir energias latentes. Alguém o definiu como grande agitador de ideias. E' pouco e pode ser equívoco. António Sardinha foi, de facto, um grande agitador de ideias, mas, completamos, foi um grande agitador de homens, um extraordinário e providencial animador da juventude, porque as ideias encarnavam na sua vida e viviam na sua obra. O seu estilo era o estilo ardente do conquistador. Poderia sentir-se que não bastava, mas tinha-se a certeza de ouvir um homem sinceramente apaixonado e certo, nas promoções mais profundas da sua voz inconfundível. Latejava o homem, o português, o crente, em todas as suas frases. Reflexões de historiador, de sociólogo, de crítico, de polemista, — todas se projectavam num sentido imediato de acção, de esclarecimento e de exaltação.